



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL 13/2018

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:
ASSISTENTE SOCIAL

DATA: 16/12/2018

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O
CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os textos que se segue e responda às questões de 01 a 06.

Texto 1**O Brasil queimou – e não tinha água para apagar o fogo**

01 Eu vim ao Rio para um evento no Museu do Amanhã.
 02 Então descobri que não tinha mais passado.
 03 Diante de mim, o Museu Nacional do Rio queimava.
 04 O crânio de Luzia, a “primeira brasileira”, entre 12.500 e 13 mil anos, queimava. Uma das mais
 05 completas coleções de pterossauros do mundo queimava. Objetos que sobreviveram à destruição de Pompeia
 06 queimavam. A múmia do antigo Egito queimava. Milhares de artefatos dos povos indígenas do Brasil
 07 queimavam.
 08 Vinte milhões de memória de alguma coisa tentando ser um país queimavam.
 09 O Brasil perdeu a possibilidade da metáfora. Isso já sabíamos. O excesso de realidade nos joga no
 10 não tempo. No sem tempo. No fora do tempo.
 11 O Museu Nacional em chamas. Um bombeiro esguichando água com uma mangueira um pouco maior
 12 do que a que eu tenho na minha casa. O Museu Nacional queimando. Sem água em parte dos hidrantes,
 13 depois de quatro horas de incêndio ainda chegavam caminhões-pipa com água potável. O Museu Nacional
 14 queimando. Uma equipe tentava tirar água do lago da Quinta da Boa Vista. O Museu Nacional queimando. A
 15 PM impedia as pessoas de avançar para tentar salvar alguma coisa. O Museu Nacional queimando. Outras
 16 pessoas tentavam furtar o celular e a carteira de quem tentava entrar para ajudar ou só estava imóvel diante
 17 dos portões tentando compreender como viver sem metáforas.
 18 Brasil, é você. Não posso ser aquele que não é.
 19 O Museu Nacional queimando.
 20 O que há mais para dizer agora que as palavras já não dizem e a realidade se colocou além da
 21 interpretação?
 22 Diante do Museu Nacional em chamas, de costas para o palácio, de frente para onde deveria estar o
 23 povo, Dom Pedro II em estátua. Sua família tinha tentado inventar um país e o fundaram sobre corpos
 24 humanos. Seu avô, Dom João VI, criou aquele museu no Palácio de São Cristóvão. Dom Pedro II está no
 25 centro, circunspecto, um homem feito de pedra, um imperador. Diante da parte esquerda do museu, indígenas
 26 de diferentes etnias observam as chamas como se mais uma vez fossem eles que estivessem queimando.
 27 Estão. É o maior acervo de línguas indígenas da América Latina, diz Urutau Guajajara. É a nossa memória
 28 que estão apagando. É o golpe, é o golpe. “Poderiam ter salvo, e não salvaram”, ele grita.
 29 Nunca salvaram. Há 500 anos não salvam.
 30 As costas de Pedro ferviam.
 31 Quando soube que o museu queimava, eu dividi um táxi com um jornalista britânico e uma atriz
 32 brasileira com uma câmera na mão. “Não é só como se o British Museum estivesse queimando, é como se
 33 junto com ele estivesse também o Palácio de Buckingham”, disse Jonathan Watts. “Não há mais possibilidade
 34 de fazer documentário”, afirmou Gabriela Carneiro da Cunha. “A realidade é Science Fiction.”
 35 Eu, que vivo com as palavras e das palavras, não consigo dizer. Sem passado, indo para o Museu do
 36 Amanhã, sou convertida em muda. Esvazio de memória como o Museu Nacional. Chamas dentro de todo ele,
 37 uma casca do lado de fora. Sou também eu. Uma casca que anda por um país sem país. Eu, sem Luzia, uma
 38 não mulher em lugar nenhum.
 39 A frase ecoa em mim. E ecoa. Fere minhas paredes em carne viva.
 40 “O Brasil é um construtor de ruínas. O Brasil constrói ruínas em dimensões continentais.”
 41 A frase reverbera nos corredores vazios do meu corpo. Se a primeira brasileira incendiou-se, que
 42 brasileira posso ser eu?
 43 O que poderia expressar melhor este momento? A história do Brasil queima. A matriz europeia que
 44 inventou um palácio e fez dele um museu. Os indígenas que choram do lado de fora porque suas línguas se
 45 incineram lá dentro. E eu preciso alcançar o Museu do Amanhã. Mas o Brasil já não é o país do futuro. O
 46 Brasil perdeu a possibilidade de imaginar um futuro. O Brasil está em chamas.
 47 O Museu Nacional sem recursos do Governo federal. Os funcionários do Museu Nacional fazendo
 48 vaquinha na Internet para reabrir a sala principal. O Museu Nacional morrendo de abandono. O Museu
 49 Nacional sem manutenção. O Rio de Janeiro. Flagelado e roubado e arrancado Rio de Janeiro. Entre todos os
 50 Brasis, tinha que ser o Rio.
 51 Ouço então um chefe de bombeiros dar uma coletiva diante do Museu Nacional, as labaredas lambem
 52 o cenário atrás dele. O bombeiro explica para as câmeras de TV que não tinha água, ele conta dos

- 53 caminhões-pipa. E ele declara: “Está tudo sob controle”.
 54 Eu quero gargalhar, me botar louca, queimar junto, ser aquela que ensandece para poder gritar para
 55 sempre a única frase lúcida que agora conheço: “O Museu Nacional está queimando! O Museu Nacional está
 56 queimando!”.
 57 O Brasil está queimando.
 58 E o meteoro estava dentro do museu.

(BRUM, Eliane. O Brasil queimou – e não tinha água para apagar o fogo. *El País*, 03 set. 2018. Com adaptações. Disponível em:
 <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/opinion/1535975822_774583.html>)

01. Em diversas passagens do texto, a autora utiliza construções metafóricas em que se compara ao museu, aproximando a tragédia acontecida na instituição de sua vivência. É o que acontece nos trechos a seguir, EXCETO em:
- (A) “Eu, que vivo com as palavras e das palavras, não consigo dizer”. (linha 35)
 (B) “Chamas dentro de todo ele, uma casca do lado de fora. Sou também eu. Uma casca que anda por um país sem país. Eu, sem Luzia, uma não mulher em lugar nenhum.” (linhas 36 a 38)
 (C) “A frase ecoa em mim. E ecoa. Fere minhas paredes em carne viva.” (linha 39)
 (D) “A frase reverbera nos corredores vazios do meu corpo”. (linha 41)
 (E) “Sem passado, indo para o Museu do Amanhã, sou convertida em muda.” (linhas 35 e 36)
02. A crase antes do substantivo “destruição” é obrigatória e está corretamente empregada na linha 05. O mesmo acontece na frase:
- (A) As pessoas não comemoraram à destruição do museu.
 (B) Não se sabe se alguém operou à destruição do museu.
 (C) A polícia busca as circunstâncias que precederam à destruição do museu.
 (D) O fogo procedeu à destruição do museu.
 (E) O desabamento concluiu à destruição do museu.
03. Sobre a utilização das vírgulas no texto, julgue os itens a seguir.
- I. Em “Brasil, é você.” (linha 18), a vírgula está sendo usada para marcar vocativo, assim como em “Seu avô, Dom João VI, criou [...]” (linha 24).
 II. Em “Dom Pedro II está no centro, circunspecto, um homem feito de pedra, um imperador” (linhas 24 e 25), as vírgulas separam apostos, assim como acontece em “Eu quero gargalhar, me botar louca, queimar junto” (linha 54).
 III. Em “Não é só como se o British Museum estivesse queimando, é como se junto com ele estivesse também o Palácio de Buckingham”, disse Jonathan Watts” (linhas 32 e 33), a primeira vírgula marca a separação de orações e a segunda marca a transcrição de um discurso direto, assim como acontece em “Poderiam ter salvo, e não salvaram”, ele grita” (linha 28).
 IV. Em “Quando soube que o museu queimava, eu dividi um táxi com um jornalista britânico e uma atriz brasileira com uma câmera na mão” (linhas 31 e 32), a vírgula separa orações que estão em relação de subordinação, assim como fazem as vírgulas em “Eu, que vivo com as palavras e das palavras, não consigo dizer” (linha 35).
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 (B) Somente os itens II e III estão corretos.
 (C) Somente os itens III e IV estão corretos.
 (D) Somente os itens I e III estão corretos.
 (E) Somente os itens II e IV estão corretos.
04. Acerca das repetições de ideias e estruturas no texto, indique a única opção que NÃO é condizente com a construção de sentidos realizada pela autora por meio desse recurso.
- (A) Nas linhas de 12 a 19, a repetição da frase “O Museu Nacional queimando” marca a ideia de concomitância na narração dos fatos que aconteciam enquanto o museu permanecia em chamas.
 (B) Em “A frase ecoa em mim. E ecoa” (linha 39), a repetição do verbo indica incompreensão da autora em relação ao sentimento causado pela frase “Fere minhas paredes em carne viva”, de maneira que, somente ao repetir a palavra, ela consegue, metaforicamente, absorver seu sentido.

- (C) Ao categorizar o Brasil como “construtor de ruínas” (linhas 40) e afirmar que ele “está queimando” (linha 57) ou “em chamas” (linha 46), a autora compara, metaforicamente, a situação do museu com a situação do Brasil.
- (D) A menção ao Museu do Amanhã nas linhas 35 e 36 e na linha 45 pode ser vista como um contraponto à situação de destruição do Museu Nacional, que guardava artefatos históricos, importantes para entender o passado.
- (E) A repetição das formas verbais “queimava” e “queimavam” (linhas 04 a 07) enfatiza de maneira mais individualizada a gravidade do que acontecia com importantes peças do acervo do museu.
05. Considerando as formas verbais do verbo “dizer” presentes no texto, indique dentre os itens a seguir, aqueles que trazem uma forma verbal que, em decorrência do efeito de sentido pretendido no texto, NÃO se apresenta como transitiva direta com objeto direto explícito.
- I. “diz” (linha 27)
 II. “dizer” (linha 35)
 III. “disse” (linha 33)
 IV. “dizem” (linha 20)
- (A) Somente os itens I e II.
 (B) Somente os itens II e IV.
 (C) Somente os itens II e III.
 (D) Somente os itens III e IV.
 (E) Somente os itens I, III e IV.
06. Dentre os trechos a seguir, presentes no texto, o único que NÃO possui características predominantemente descritivas é:
- (A) “Diante do Museu Nacional em chamas, de costas para o palácio, de frente para onde deveria estar o povo, Dom Pedro II em estátua.” (linhas 22 e 23)
 (B) “Um bombeiro esguichando água com uma mangueira um pouco maior do que a que eu tenho na minha casa.” (linhas 11 e 12)
 (C) “Dom Pedro II está no centro, circunspecto, um homem feito de pedra, um imperador.” (linhas 24 e 25)
 (D) “Diante da parte esquerda do museu, indígenas de diferentes etnias observam as chamas como se mais uma vez fossem eles que estivessem queimando” (linhas 25 e 26)
 (E) “Quando soube que o museu queimava, eu dividi um táxi com um jornalista britânico e uma atriz brasileira com uma câmera na mão.” (linhas 31 e 32)

Leia o texto que se segue e responda às questões 07 e 08.

Texto 2

Museu Nacional: o que tinha no acervo consumido pelo fogo

- 01 O Museu Nacional do Rio de Janeiro, consumido por um incêndio na noite deste domingo, conta com
 02 um dos maiores acervos de antropologia e história natural do país — são cerca de 20 milhões de itens.
 03 Localizado na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, é o museu mais antigo e uma das instituições
 04 científicas mais importantes do Brasil.
 05 Fundado por Dom João 6º no dia 6 de agosto de 1818, o museu acabou de completar 200 anos.
 06 Atualmente, era administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, por ser
 07 universitário, tinha caráter acadêmico e científico.
 08 Muitas peças do acervo são exemplares únicos — de esqueletos de dinossauros a múmias egípcias,
 09 passando por milhares de utensílios produzidos por civilizações ameríndias durante a era pré-colombiana.
 10 **1. Luzia**
 11 Entre os itens provavelmente destruídos pelo fogo, está uma das principais atrações do museu: o
 12 fóssil humano mais antigo encontrado no Brasil, batizado de Luzia.
 13 Descoberto em 1974 pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, em Minas Gerais, teria
 14 11.300 anos.
 15 **2. Sala dos dinossauros**
 16 Um dos grandes destaques da coleção de paleontologia é o esqueleto *Maxakalisaurus topai*, o primeiro
 17 dinossauro de grande porte a ser montado no Brasil. A ossada também foi encontrada em Minas Gerais.

18 Após um ataque de cupins na base de sustentação, em 2017, o *Maxakalisaurus topai* foi desmontado
19 e guardado em caixas em um canto da sala de dinossauros, que foi fechada. O espaço foi reaberto em julho
20 deste ano, após uma campanha de financiamento coletivo na internet.

21 De acordo com seus catálogos, o Museu Nacional possui uma das mais importantes coleções
22 paleontológicas da América Latina, totalizando 56 mil exemplares e 18,9 mil registros.

23 A coleção consiste principalmente de fósseis de plantas e animais, do Brasil e de outros países, além
24 de reconstituições e réplicas.

25 **3. Meteorito Bendegó**

26 A coleção conta ainda com o meteorito Bendegó, encontrado em Monte Santo, na Bahia, em 1794.
27 Com 5.260 kg, a peça está na instituição desde 1888.

28 Por se tratar de um objeto metálico pesado, pode ser um dos poucos itens do museu que tenha
29 sobrevivido às chamas.

30 **4. Caixão de Sha Amun em su**

31 Com mais de 700 peças, a coleção de arqueologia egípcia do Museu Nacional é considerada a maior
32 da América Latina e a mais antiga do continente — com múmias e sarcófagos.

33 O caixão de Sha Amun em su é uma das atrações mais populares da seção. Trata-se de um presente
34 que Dom Pedro 2º recebeu, em 1876, em sua segunda visita ao Egito.

35 **5. Trono de Daomé**

36 Outra raridade do acervo é o trono do rei africano Adandozan (1718-1818), doado pelos embaixadores
37 do rei ao príncipe regente Dom João 6º, em 1811.

38 **6. Coleção de arqueologia clássica**

39 Uma das coleções mais valiosas do museu é a de arqueologia clássica, composta por 750 peças das
40 civilizações grega, romana e etrusca.

41 Devido ao tamanho e ao valor, foi considerada o maior do gênero na América Latina.

42 **7. Artefatos de civilizações ameríndias**

43 O acervo de etnologia tinha artefatos da cultura indígena, como objetos raros do povo Tikuna, e afro-
44 brasileira, além de itens de culturas do Pacífico. Havia pelo menos 1.800 artefatos de civilizações ameríndias
45 da era pré-colombiana.

46 Segundo a historiadora Heloísa Bertol Domingues, o museu foi concebido nos moldes de instituições
47 europeias. Na época da inauguração, quando o local ainda se chamava “Museu Real”, Dom Pedro 1º
48 escreveu que o objetivo era “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.

49 **'Tragédia para o Brasil e para o mundo'**

50 Em nota, o Museu Nacional afirmou que ainda está mensurando os danos ao acervo.

51 “É uma enorme tragédia. A hora é de união e reconstrução. Infelizmente, ainda não conseguimos
52 mensurar o dano total ao acervo, mas precisamos mobilizar toda a sociedade para a recuperação de uma das
53 mais importantes instituições científicas do mundo”, afirmou Alexander Keller, diretor do Museu Nacional, no
54 texto.

55 A doutora em antropologia Alba Zaluar, que estudou no museu, classificou o incêndio como “uma
56 imensa tragédia para o Brasil e para o mundo”.

57 “O acervo do Museu Nacional é uma coisa única no Brasil, não tinha nada igual no país”, afirmou
58 Zaluar à BBC News Brasil.

59 “O prédio foi residência da família real. Tinha uma biblioteca da área de antropologia importantíssima.
60 Estamos arrasados.”

61 O presidente Michel Temer (MDB) disse, em nota, que o incêndio causou uma perda “incalculável ao
62 Brasil”.

63 “Foram perdidos duzentos anos de trabalho, pesquisa e conhecimento. O valor para nossa história
64 não se pode mensurar, pelos danos ao prédio que abrigou a família real durante o Império. É um dia triste
65 para todos os brasileiros”, escreveu.

66 **Prédio não teria alvará, segundo bombeiros**

67 O incêndio começou às 19h30, quando o museu estava fechado, e só havia quatro seguranças no
68 interior. Não foram registradas vítimas.

69 A reportagem da BBC News Brasil esteve no local. Em meio a um cenário de desespero, cidadãos
70 ofereciam ajuda aos bombeiros para tentar debelar o fogo. Por volta das 23h20, o incêndio ainda não estava
71 controlado.

72 Segundo o coronel Roberto Bobadey, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, membros da
73 corporação tiveram problemas para encontrar água em hidrantes da região.

74 “Os dois hidrantes mais próximos estavam sem carga. Estamos usando o lago da Quinta da Boa Vista
75 e de carros-pipa”, disse.

76 O coronel também afirmou que o prédio não tinha alvará dos bombeiros para funcionar.

77 As causas do incêndio ainda são desconhecidas.

07. Dentre as opções a seguir, a única que apresenta uma palavra cujo significado condensa uma ideia antônima ao significado expresso pela palavra “debelar” (linha 70) é:
- (A) Atear (D) Vencer
(B) Controlar (E) Resolver
(C) Extinguir
08. A frase “Na época da inauguração, quando o local ainda se chamava ‘Museu Real’, Dom Pedro 1º escreveu que o objetivo era ‘propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil’” (linhas 47 e 48) pode ser reescrita, segundo a norma padrão da Língua Portuguesa e sem prejuízo de sentido para o texto em que ocorre, de diversas maneiras, EXCETO:
- (A) “Propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”: esse foi o objetivo escrito por D. Pedro I, na época da inauguração, quando o local ainda se chamava “Museu Real”.
(B) Quando o local ainda se chamava “Museu Real”, na época da inauguração, Dom Pedro 1º escreveu que o objetivo era “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.
(C) Quando o local ainda se chamava “Museu Real”, Dom Pedro 1º escreveu que o objetivo, na época da inauguração, era “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.
(D) Dom Pedro 1º escreveu, na época da inauguração, quando o local ainda se chamava “Museu Real”, que o objetivo era “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.
(E) “Propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil” foi o objetivo escrito na época da inauguração, por Dom Pedro 1º, quando o local ainda se chamava “Museu Real”.

As questões 09 e 10 referem-se aos Textos 1 e 2.

09. Considerando as diferenças e semelhanças entre conteúdo e objetivos dos dois textos, julgue os itens a seguir:
- I. Embora os dois textos tenham viés jornalístico, o Texto 2 tem caráter mais noticioso, enquanto o Texto 1 se apresenta de maneira opinativa e crítica.
II. Em virtude dos objetivos diferentes dos dois textos, não há como afirmar que o texto 1 tenha compromisso com a verdade, já que se trata de uma crônica jornalística, enquanto o Texto 2 é, efetivamente, uma notícia calcada em acontecimentos reais.
III. Tanto o Texto 1 quanto o Texto 2 recorrem a falas de envolvidos ou espectadores dos acontecimentos, entretanto, enquanto o Texto 2 as utiliza em grande quantidade para fornecer informações que ajudem a descrever e reconstituir os fatos relacionados à tragédia, o Texto 1 traz falas pontuais que mostram um ponto de vista mais subjetivo e emocional sobre os fatos.
IV. Enquanto o texto 2 pode ser descrito como um texto de tipologia predominantemente narrativa, por seu caráter de notícia, o texto 1 é predominantemente descritivo, com pequenas passagens narrativas e opinativas.
- (A) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
(B) Somente os itens II e IV estão corretos.
(C) Somente os itens I e IV estão corretos.
(D) Somente os itens I e III estão corretos.
(E) Somente os itens II e III estão corretos.
10. Por tratarem do mesmo assunto, há situações referentes ao incêndio no Museu Nacional que são mencionadas nos dois textos. Considerando essa informação, indique dentre as passagens a seguir, presentes no Texto 2, aquela em que NENHUMA das informações que menciona está presente no Texto 1.
- (A) “Segundo o coronel Roberto Bobadey, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, membros da corporação tiveram problemas para encontrar água em hidrantes da região. ‘Os dois hidrantes mais próximos estavam sem carga. Estamos usando o lago da Quinta da Boa Vista e de carros-pipa’, disse.” (linhas 72 a 75, Texto 2)
(B) “Entre os itens provavelmente destruídos pelo fogo, está uma das principais atrações do museu: o fóssil humano mais antigo encontrado no Brasil, batizado de Luzia.” (linhas 11 e 12, Texto 2)
(C) “A coleção conta ainda com o meteorito Bendegó, encontrado em Monte Santo, na Bahia, em 1794. Com 5.260 kg, a peça está na instituição desde 1888.” (linhas 26 e 27, Texto 2)
(D) “O acervo de etnologia tinha artefatos da cultura indígena, como objetos raros do povo Tikuna”. (linha 43, Texto 2)
(E) “O coronel também afirmou que o prédio não tinha alvará dos bombeiros para funcionar.” (linha 76, Texto 2)

LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

11. Sabendo, conforme prescreve a lei 8.112/1990, que o exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança e que a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei, é INCORRETO afirmar que
- (A) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
 - (B) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
 - (C) A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.
 - (D) A posse ocorrerá no prazo de sessenta dias (60) contados da publicação do ato de provimento.
 - (E) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor, compete dar-lhe exercício.
12. Aristodemo Cristovão da Rocha foi aprovado em concurso público e nomeado para cargo efetivo junto ao serviço público federal. O ato de provimento do cargo foi publicado em 25/04/2018. Aristodemo tomou posse em 10/05/2018 e entrou em exercício do cargo em 20/06/2018. Diante desse fato, é CORRETO afirmar que
- (A) Aristodemo deverá ser exonerado do cargo por ter extrapolado o prazo previsto de quinze (15) após a posse para entrar em exercício no cargo.
 - (B) Aristodemo deverá continuar exercendo normalmente seu cargo por ter cumprido o prazo legal para entrar em exercício após a posse.
 - (C) Aristodemo deverá continuar exercendo normalmente seu cargo vez que não existe prazo específico previsto em lei para o servidor entrar em exercício.
 - (D) Aristodemo deverá continuar exercendo seu cargo vez que o prazo da lei para o servidor entrar em exercício é de 90 dias a contar da publicação do ato de provimento do cargo.
 - (E) Aristodemo deverá ser exonerado porque a lei prevê que o servidor tem apenas trinta (30) dias após a publicação do ato de provimento para entrar em exercício do cargo.
13. A lei 8.112/1990 elenca, em seu art. 8º, as formas de provimento do cargo público. Com relação às formas de provimento previstas e ao que está posto em dispositivos subsequentes da lei 8.112/1990, é CORRETO afirmar que
- (A) A reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
 - (B) A recondução é o retorno à atividade de servidor aposentado.
 - (C) A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
 - (D) A promoção é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
 - (E) A nomeação para cargo de carreira, cargo isolado de provimento efetivo e também para cargo em comissão só poderá ser feita mediante prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
14. Em se tratando do Capítulo IV da lei 8.112/1990, que trata das licenças concedidas ao servidor público federal, é INCORRETO afirmar que
- (A) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.
 - (B) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.
 - (C) O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

- (D) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- (E) Após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
15. No que se refere ao afastamento para exercício de mandato eletivo, de acordo com previsão legal da lei 8.112/1990, é INCORRETO afirmar que:
- (A) O servidor investido em mandato eletivo de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.
- (B) No caso de afastamento do cargo, o servidor não precisará contribuir para a seguridade social como se em exercício estivesse.
- (C) O servidor investido em mandato eletivo de Prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) O servidor investido em mandato eletivo de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (E) O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
16. Quanto ao direito de petição, a lei 8.112/1990 diz que é assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente. Com relação a este direito de petição preconizado pela lei, é CORRETO afirmar que:
- (A) O direito de requerer prescreve em três (03) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
- (B) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- (C) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- (D) A prescrição pode ser relevada pela administração.
- (E) Para o exercício do direito de petição, não é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.
17. Natanael Rosa Lima é servidor público efetivo e exerce o cargo de professor em um Instituto Federal de ensino, com carga horária de vinte (20) horas semanais. Natanael exerce também a mesma atividade em uma universidade pública, também com carga horária de vinte (20) horas semanais. Natanael é chamado para fazer opção por um dos cargos, sob pena de ser submetido e responder a processo administrativo por acumulação de cargo. Quanto ao caso de Natanael e de acordo com a lei 8.112/1990, está CORRETO afirmar:
- (A) A lei 8.112/1990 acolhe o caso de Natanael, pois permite casos de acumulação de cargos no serviço público como o de Natanael, desde que ele comprove a carga horária e a compatibilidade de horários para exercício dos cargos.
- (B) Acumulação de cargo público, não é um tema tratado pela lei 8.112/1990.
- (C) Natanael vai ter que fazer opção por um dos cargos, por que a lei 8.112/1990 proíbe que o servidor público tenha qualquer tipo de acumulação e exerça mais de um cargo público.
- (D) A lei 8.112/1990 só admite acumulação de cargos para os casos de professor e médico, o que não é o caso de Natanael, que terá de fazer opção por um dos cargos.
- (E) Natanael pode acumular os cargos porque a lei 8.112/1990 aceita a acumulação de qualquer cargo no serviço público desde que o servidor comprove sua condição para exercer os cargos.
18. Dinara Maciel da Luz, servidora pública federal, teve aplicada contra si, através de processo administrativo disciplinar, a pena de advertência por ter violado o inciso III do art. 117 da lei 8.112/1990 no exercício de sua função ao recusar dar fé em documento público. Mesmo advertida, a servidora no exercício de suas funções passou a violar o inciso IV constante no art. 117 da lei 8.112/1990, que trata das proibições ao servidor, desta vez opondo resistência injustificada ao andamento de documento e processo. O art. 129 da lei 8.112/1990 preceitua textualmente:

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Diante deste fato de reincidência de violação da lei apresentado com relação à servidora em questão e pelo exposto na lei 8.112/1990, conforme processo administrativo disciplinar competente, você diria que Dinara Maciel da Luz deverá

- (A) ser punida com a pena de demissão.
- (B) receber nova pena de advertência.
- (C) ser colocada em disponibilidade.
- (D) ser punida com a pena de suspensão de até 90 dias.
- (E) ser destituída de função gratificada que esteja exercendo.

19. Com relação ao inquérito e ao julgamento no processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- (B) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
- (C) Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.
- (D) O relatório do inquérito será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.
- (E) O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

20. O Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família e compreende um conjunto de benefícios que atendem às finalidades de garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão, proteção à maternidade, à adoção e à paternidade, além da assistência à saúde. Diante disto, pelo disposto na lei 8.112/1990, é INCORRETO afirmar:

- (A) A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, tendo vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.
- (B) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.
- (C) Equipara-se ao acidente em serviço o dano sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.
- (D) A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.
- (E) O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, atende a:

- (A) Estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- (B) Jovens matriculados na educação superior brasileira.
- (C) Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.
- (D) Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação das instituições federais de ensino superior.
- (E) Estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior que ingressaram nas vagas reservadas em obediência às determinações da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 ("Lei de Cotas").

22. Marque a opção que contém apenas áreas de ação previstas no §1º do art. 3º do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010:

- (A) Moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, protagonismo juvenil.
- (B) Inclusão digital, transporte, habitação, participação em eventos científicos.
- (C) Cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com altas habilidades e superdotação.
- (D) Habitação, participação em eventos científicos, protagonismo juvenil, ampliação da jornada escolar.
- (E) Cultura, esporte, ampliação da jornada escolar, atenção à saúde e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

23. As despesas com a assistência estudantil prevista no Programa Nacional de Assistência Estudantil correm por conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento:
- (A) do Ministério da Educação.
 - (B) das instituições federais de ensino superior.
 - (C) da Seguridade Social.
 - (D) do Ministério da Educação ou das instituições federais de ensino contempladas no Decreto.
 - (E) da Presidência da República.
24. A assistência estudantil estabelecida por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010) é:
- (A) Uma inovação nas ações de proteção social do Estado brasileiro a partir do Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.
 - (B) Uma conquista da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a assistência estudantil como um dos direitos sociais previstos no art. 6º.
 - (C) Uma tradição na educação brasileira, estando prevista desde o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931).
 - (D) Uma ação inovadora do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).
 - (E) Uma ação iniciada pelo Regime Militar por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, tendo em vista sua legitimação junto aos estudantes.
25. O Decreto nº 7.234 de julho de 2010 estabelece no art. 5º que as instituições de ensino fixem “requisitos para a percepção de assistência estudantil”, prevendo, dentre eles, o de renda e de tipo de escola originária. Isso significa que é uma ação:
- (A) reparatória, pois possibilita que um grupo social tenha efetivo acesso ao direito universal à educação que, historicamente, lhe tem sido negado.
 - (B) que direciona o gasto social para um público específico, selecionado conforme a maior necessidade e urgência, a fim de garantir que a ação do Estado atenda tão somente aos que mais necessitam.
 - (C) de assistência social e, como definida no art. 203 da Constituição Federal de 1988, prestada a quem dela necessitar.
 - (D) residual que se assenta numa concepção de justiça em que a proteção do Estado é um mero seguro contra as agruras imprevisíveis da vida.
 - (E) que focaliza num grupo tendo em vista solucionar problemas específicos e, conseqüentemente, aumentar a eficiência.
26. O leque de ações de assistência social, previsto no §1º do art. 3º do Decreto nº 7.234, de julho de 2010, possibilita que o processo de trabalho do Serviço Social:
- (A) seja desenvolvido a partir de uma visão holística do estudante, tendo corpo, intelecto, sentimento e espírito como dimensões indivisíveis da pessoa humana.
 - (B) contemple as dimensões da pessoa humana constituintes da cidadania do estudante.
 - (C) trate o estudante de forma isolada ou fragmentada do contexto social.
 - (D) promova a articulação da área social com a econômica e, conseqüentemente, da política social com a econômica a fim de garantir um amplo padrão de proteção social.
 - (E) seja desenvolvido como uma ação pedagógica voltada para a construção de ideologia e cultura adequadas aos requisitos de uma nova sociabilidade capitalista, fundadas em valores, comportamentos, atitudes e práticas cooperativas, cívicas e destituídas de quaisquer antagonismos.
27. O inciso II do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 7.234, de julho de 2010, estabelece que as instituições federais de ensino superior fixem “mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”. Essa determinação remete para duas etapas do chamado Ciclo da Política - monitoramento e avaliação - inter-relacionadas, mas diferentes.
- I. O monitoramento é episódico, realizando-se, em determinados momentos da política, programa ou projeto e a avaliação é realizada regularmente;
 - II. A ação principal do monitoramento é o acompanhamento ou a vigilância, já a ação principal da avaliação é a apreciação e o julgamento;
 - III. O propósito do monitoramento é melhorar a eficiência e promover ajustes no plano de trabalho, já a avaliação tem como propósito melhorar a efetividade, o impacto e oferecer elementos para uma programação futura;

- IV. O monitoramento utiliza informações da avaliação e de outras fontes, já a avaliação se vale das informações que produz e é um instrumento para o monitoramento, facilitando sua realização;
- V. O monitoramento é realizado por gerentes, coordenadores de programa, supervisores e financiadores, já a avaliação além de gerentes, coordenadores de programa, supervisores e financiadores, também se vale de pesquisadores externos.

- (A) São verdadeiras somente as afirmativas I; II; III.
- (B) São verdadeiras somente as afirmativas I; II; IV.
- (C) São verdadeiras somente as afirmativas I; IV; V.
- (D) São verdadeiras somente as afirmativas II; III; V.
- (E) São verdadeiras somente as afirmativas III; IV; V.

28. O monitoramento, a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 7.234 de julho de 2010, consiste:

- (A) Em um “conjunto de observações, de caráter descritivo, explicativo e normativo, acerca das políticas públicas, que corresponde, respectivamente, às perguntas a respeito de 'o que/como é?', 'por que é assim?' e 'como deveria ser?'” (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 127).
- (B) Na “adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y, ou ainda, que, na ausência do programa x, não teríamos o resultado y” (ARRETCHE, 1998, p.33).
- (C) Num “processo conduzido antes, durante ou depois da implementação de um projeto ou programa, onde se efetua um juízo sobre seu valor ou mérito considerando: a relevância dos objetivos e estratégias, a eficácia (ou efetividade) no alcance dos objetivos e metas esperados, a eficiência no uso de recursos, o impacto e a sustentabilidade da intervenção” (BUVINICH, 1999, p. 21).
- (D) Na “análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 108).
- (E) Em analisar e verificar, “num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão sendo implementadas segundo o programado e se as metas sobre os resultados estão sendo alcançadas ou não, indicando, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso” (BUVINICH, 1999, p. 20).

29. O acesso aos benefícios previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010) é regulamentado nas instituições de ensino por meio de editais que estabelecem, além das etapas da seleção, o processo seletivo. Neste, é comum a previsão de entrevista, como atestam os editais para seleção de estudantes para a residência universitária e para a aquisição dos kits odontológicos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí. Na prática do assistente social, a entrevista:

- I. Tem tido diferentes concepções, conforme o momento histórico do Serviço Social;
- II. Em todos os contextos históricos e sociais do Serviço Social, tem mantido dispositivos como a necessidade de conhecimento, a intencionalidade e o respeito pelos sujeitos;
- III. Integra o processo de trabalho do Assistente Social como um instrumental que possui uma operacionalidade na realidade da prática profissional, em que são utilizados conhecimentos e se obtém dados para conhecer as situações sociais em que estão inseridos os usuários, ultrapassando aparências e indicando alternativas;
- IV. Tem sido desqualificada na produção técnico-científica do Serviço Social, sendo considerada um procedimento de rotina ou mera técnica de coleta de dados dos usuários;
- V. É desprestigiada pelos teóricos do Serviço Social, pois consideram que envereda por caminhos que privilegiam o aspecto individualizante, desarticulado da realidade social do indivíduo.

- (A) São verdadeiras somente as afirmativas II; III; IV.
- (B) São verdadeiras somente as afirmativas III; IV; V.
- (C) São verdadeiras somente as afirmativas I; II; III.
- (D) São verdadeiras somente as afirmativas I; II; IV.
- (E) São verdadeiras somente as afirmativas I; IV; V.

30. Numere a 2ª coluna de acordo com a primeira, considerando as etapas da entrevista.

- | | | |
|------------------------------|-----|---|
| (1) Planejamento | () | Retoma os objetivos e as expectativas do usuário, revisão dos diferentes estágios, de planejamento conjunto de novas estratégias e de organizar as ideias para o registro. |
| (2) Prelúdio ou etapa social | () | Acordo de vontades entre as partes, tendo por base os objetivos da entrevista e os serviços disponíveis em relação às expectativas do usuário. |
| (3) Coleta de dados | () | Mediação teórico-metodológica significa organizar, dar clareza e precisão à própria ação; transformar a realidade numa direção escolhida; agir racional e intencionalmente; explicitar os fundamentos e realizar um conjunto orgânico de ações. |
| (4) Contrato | () | Marcado pela cordialidade, em que entrevistador e usuários se apresentam e expõem os seus objetivos. |
| (5) Avaliação | () | Apreensão do conteúdo comunicado, tanto pela linguagem verbal como pela não verbal, a fim de compreender a realidade que se apresenta através dos sentimentos, dos desejos e das necessidades sociais. |

A numeração CORRETA da segunda coluna é:

- | | |
|-------------------|-------------------|
| (A) 1; 2; 3; 4; 5 | (D) 3; 5; 2; 4; 1 |
| (B) 5; 4; 1; 2; 3 | (E) 2; 4; 1; 5; 3 |
| (C) 5; 3; 4; 2; 1 | |

31. A entrevista requer que o Assistente Social observe o sigilo profissional que, conforme o art. 18 do Código de Ética, instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 março de 1993:

- (A) deve ser rigorosamente guardado, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.
- (B) pode ser partilhado entre os membros de uma equipe interdisciplinar.
- (C) protege o/a Assistente Social em tudo aquilo que tomou conhecimento em sua prática.
- (D) poderá ser quebrado, quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- (E) é dever do/a Assistente Social mantê-lo.

32. O dever ético a ser cumprido em razão da profissão, atribuído ao Assistente Social, exige que na entrevista, como em toda obtenção de informações dos usuários, seja observado, conforme o Código de Ética instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, o princípio fundamental de:

- (A) Respeitar a tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora.
- (B) Respeitar, no beneficiário do Serviço Social, a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã.
- (C) Reconhecer a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- (D) Discutir, com os usuários, sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas, levando-os a refletir sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora.
- (E) Respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação.

33. Os editais para os processos seletivos para acesso aos benefícios disponibilizados por meio da assistência estudantil também costumam prever a possibilidade da realização de visitas domiciliares. No Edital nº 01/2018 - PRAEC/UFPI, para seleção dos estudantes para as bolsas da PRAEC e no Edital nº 09/2018 - PRAEC/UFPI, para seleção de estudantes para a Residência Universitária, por exemplo, consta que "se necessário", serão realizadas visitas domiciliares "no intuito de dirimir dúvidas relativas às informações prestadas, bem como quanto a documentação entregue". O instrumento técnico-operativo visita domiciliar, consonante com o projeto ético-político da profissão, é uma:

- (A) "Ação de controle sociocultural, em face de sua especificidade de 'de entrar na vida das famílias', legitimando a constatação de inferioridade da população e de superioridade do profissional" (SARMENTO, 1994 apud SILVA; MOURA, 2016, p.112).

- (B) “Arte na qual o conhecimento da ciência das relações humanas e a habilidade do relacionamento são usados para mobilizar capacidades no indivíduo e adequados recursos na comunidade para um melhor ajustamento entre o cliente e o todo ou parte do seu ambiente social” (BIESTEK, 1960, apud SARMENTO, 2016, p. 47/48).
- (C) “Das formas mais usadas pelo homem para conhecer e compreender pessoas, coisas, acontecimentos e situações. É o meio básico de se conseguir informações. [...] é o ato de se obter informações para se tomar decisões, após o julgamento de uma situação” (BRASIL, 1997 *apud* PORTES; PORTES, 2016, p.69).
- (D) “Forma concreta de manifestação das relações sociais e permite, se for esta a direção intencionada, a mediação de relações sociais com vistas a sua transformação” (SARMENTO, 2016, p. 55).
- (E) “Prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar”, valendo-se da observação, da entrevista e da história ou relato oral (AMARO, 2003, p. 8).
34. Na visita domiciliar, prevista nos editais nº 01/2018 e nº 09/2018 - PRAEC/UFPI, caso seja necessário “dirimir dúvidas relativas às informações prestadas, bem como quanto a documentação entregue”, constitui dever do Assistente Social em sua relação com o usuário, segundo o art. 5º do Código de Ética, instituído pela Resolução CFESS nº 273 de 13 março de 1993:
- (A) Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código.
- (B) Ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.
- (C) Discutir, com os usuários, seus direitos e os mecanismos a serem adotados na sua efetivação e em novas conquistas.
- (D) Refletir, com os usuários, os limites de sua atuação profissional no sentido de dimensionar as possibilidades reais de sua prática no encaminhamento das lutas conjuntas, bem como identificar os mecanismos de superação dos mesmos.
- (E) Contribuir para que os usuários utilizem os recursos institucionais como um direito conquistado pela classe trabalhadora.
35. Nas visitas domiciliares previstas nos editais nº 01/2018 e nº 09/2018 - PRAEC/UFPI para “dirimir dúvidas relativas às informações prestadas, bem como quanto a documentação entregue”, constitui dever do Assistente Social em sua relação com a instituição empregadora, segundo o art. 8º do Código de Ética, instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 março de 1993:
- (A) Pautar suas atividades por critério justo e honesto, empregando todo o esforço em prol da dignidade e elevação das funções exercidas.
- (B) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais.
- (C) Zelar pelo bom nome da entidade que o emprega, prestando-lhe todo esforço para que a mesma alcance com êxito seus legítimos objetivos.
- (D) Zelar para que seja mantida em seus serviços perfeita organização, fator valioso de eficiência e produtividade, sem, contudo, burocratizar suas funções.
- (E) Prestar contas e seguir diretrizes, emanadas do seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega.
36. Entrevista e visita domiciliar no processo de trabalho do Assistente Social são:
- (A) Técnicas. (D) Instrumentos.
- (B) Instrumentalidade. (E) Instrumental técnico-operativo.
- (C) Ações.
37. No processo de trabalho do Assistente Social, entrevista e visita domiciliar constituem:
- (A) Uma “determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2007, p. 1).
- (B) Uma propriedade de determinado modo de ser construída pela profissão dentro das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional (BATTINI, 2004 *apud* FERNANDES, 2016, p. 16).
- (C) Um “conhecimento empírico, elaborado, desenvolvido pela capacidade humana como prolongamento de sua racionalidade para realizar coisas” (SARMENTO, 2016, p. 38).

- (D) “Conhecimento científico cristalizado em objetos materiais, nada possuem em comum com as capacidades e aptidões do corpo humano” (SARMENTO, 2016, p. 38).
- (E) “Potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação” (SARMENTO, 2012, p. 112).

38. No contexto do projeto ético-político do Serviço Social, processo de trabalho consiste:

- (A) num “conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas” (GUERRA, 2007, p. 3).
- (B) num “conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985 *apud* SARMENTO, 2016, p. 35).
- (C) na organização racional do trabalho, da qual se originou a formação da classe burguesa e toda a superestrutura sob a qual se assenta o capitalismo.
- (D) em identificar o Serviço Social “como uma práxis social, imersa na reprodução social e expressa enquanto trabalho abstrato” (COSTA; MADEIRA, 2013, p. 104).
- (E) em “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (SARMENTO, 2016, p. 35).

39. Os elementos para a realização da atividade prática, segundo Karl Marx (SARMENTO, 2016, p. 36), são:

- I. O projeto, isto é, a projeção pelo homem do produto do seu trabalho;
- II. A atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;
- III. A matéria em que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho;
- IV. Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho;
- V. A mais valia, a produção de excedente pelo trabalhador que é apropriada pelo empregador.

- (A) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- (B) Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- (C) Somente a afirmativa V é falsa.
- (D) Somente as afirmativas I, III e IV são falsas.
- (E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

40. O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, coincidem na previsão de:

- I. Democratização das condições de permanência;
- II. Redução das taxas de retenção e evasão;
- III. Minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- IV. Promoção da inclusão social pela educação;
- V. Ampliação da mobilidade estudantil.

- (A) Todos os itens são falsos.
- (B) Apenas o item V é falso.
- (C) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- (D) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- (E) Apenas os itens I, III e V são falsos.

41. A formulação de uma política pública tendo em vista atuar numa determinada problemática significa que essa passou a fazer parte da agenda decisória que:

- (A) É uma lista de assuntos que são de preocupação nacional há algum tempo.
- (B) Compõe-se por assuntos identificados pelo governo como importantes.
- (C) É um conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.
- (D) Compõe-se por assuntos priorizados na agenda governamental a fim de serem efetivamente implementados.
- (E) É a seleção dos assuntos noticiados e enfatizados pelos veículos de comunicação de massa.

42. Um beneficiário da assistência estudantil cujos pais estão inscritos no Regime Geral de Previdência, conforme a Lei nº 8. 213 de 24 de julho de 1991, na redação dada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tem direito como dependente de segurados (menor de 21 anos, não emancipado e não deficiente) a:
- (A) Auxílio-acidente e Serviço Social.
 - (B) Serviço Social e salário-maternidade.
 - (C) Pensão por morte e auxílio-acidente.
 - (D) Reabilitação profissional e Benefício de Prestação Continuada (BPC).
 - (E) Pensão por morte e auxílio reclusão.
43. O direito à saúde mental assegurado pela Constituição Federal pode ser efetivado em Teresina por meio de uma “Rede de Atenção Psicossocial” composta, dentre outras unidades, pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que, quando dispõem de até cinco vagas para acolhimento noturno e observação e atendem pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, são na modalidade:
- (A) CAPS III.
 - (B) CAPS I ou CAPS II.
 - (C) CAPS AD - Álcool e Drogas.
 - (D) CAPS AD III - Álcool e Drogas.
 - (E) CAPS AD IV- Álcool e Drogas.
44. A inovação na Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite foi instituir uma modalidade de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com:
- (A) Funcionamento de 24 horas, com atendimento e 8 a 12 vagas de acolhimento noturno e observação para todas as faixas etárias e transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.
 - (B) Funcionamento de 24 horas, prestando assistência de urgência e emergência, para ofertar linhas de cuidado em situações de cenas de uso de drogas, especialmente o crack de forma multiprofissional e intersetorial.
 - (C) Funcionamento de 24 horas, prestando assistência de urgência e emergência, para ofertar linhas de cuidado para todas as faixas etárias e transtornos mentais graves e persistentes, de forma multiprofissional e intersetorial.
 - (D) Funcionamento de 12 horas e 8 a 12 vagas para acolhimento noturno e observação para todas as faixas etárias e transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.
 - (E) Funcionamento de 8 horas para todas as faixas etárias e transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.
45. A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, estabelece, no art. 4º, que a internação "só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes", sendo estas, conforme os incisos I, II e III do Parágrafo único do art. 6º, voluntária, involuntária e compulsória. A involuntária é aquela:
- (A) que se dá sem o consentimento do usuário.
 - (B) determinada pela Justiça.
 - (C) que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
 - (D) em que o paciente internado exprime sua discordância com a manutenção da internação.
 - (E) que é feita por prefeituras ou governos diante de risco eminente à vida do usuário de drogas ou de terceiros.
46. A Política Nacional sobre Drogas estabelecida pela Resolução CONAD nº 1/2018, de 9 de março de 2018, adota como premissas que:
- I. A Política Nacional sobre Drogas considere a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto às iniciativas de legalização de drogas;
 - II. Os programas, projetos e ações no contexto da política nacional sobre drogas considerem iniciativas de ampliação e reorganização da rede de cuidados, acolhimento e suporte sociais, orientadas para a promoção da abstinência, suporte social e redução dos riscos sociais e à saúde e danos decorrentes;
 - III. A União promova de forma contínua o fomento à rede de suporte social, composta por organizações da sociedade civil e de prevenção, acolhimento, inclusive em comunidades terapêuticas;
 - IV. A prevenção efetiva é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde;
 - V. Seja garantida a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Todas as assertivas são verdadeiras. (D) Somente as assertivas I, II, III são verdadeiras.
 (B) Somente as assertivas III, IV e V são verdadeiras. (E) Somente as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
 (C) Somente as assertivas II, IV e V são verdadeiras.

47. Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o tratamento de pessoas que consomem drogas de forma abusiva, ou que delas criam dependência não deve ser feito em:

- (A) Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD).
 (B) Comunidades Terapêuticas.
 (C) Hospitais gerais.
 (D) Consultórios de rua.
 (E) Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) I e II.

48. Os estudantes com deficiências (física, intelectual, auditiva, transtorno do espectro autista ou deficiências múltiplas), na Universidade Federal do Piauí, podem contar com o auxílio de outro estudante que recebe para isso a Bolsa de Inclusão Social (BINCS) e aqueles com baixa visão podem dispor de um kit de lupas manuais. Com essas ações, a UFPI atende ao público alvo da educação especial e efetiva a incumbência do poder público prevista no art. 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) de:

- (A) adotar medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.
 (B) ofertar de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 (C) elaborar projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.
 (D) incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
 (E) elaborar plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.

49. O princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que é observado com o desenvolvimento da educação especial pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Piauí é o que estabelece:

- (A) Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 (B) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
 (C) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
 (D) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
 (E) Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

50. Os princípios e os fins da educação nacional, constantes no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), de certo modo, fundamentam a inserção e atuação profissional na Política de Educação. Nesse contexto, a prática do Assistente Social tem-se caracterizado, em especial, pela:

- (A) Intervenção coletiva junto aos movimentos sociais.
 (B) Ação junto à política de assistência estudantil por meio de abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes.
 (C) Investigação das condições socioeconômicas, atendendo à assistência estudantil, concessão de bolsas e definição do acesso a determinados estabelecimentos educacionais; avaliação da política no que concerne ao alcance as metas relativas ao acesso e à permanência e desvendar como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais.
 (D) Inserção dos/as Assistentes Sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras.
 (E) Ação pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social.